

EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL EM GUINÉ-BISSAU: O PAPEL DAS ONGs E DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Bacar Baldé¹

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos²

RESUMO

O presente artigo aborda a realidade e os problemas da Educação em Guiné-Bissau, especialmente nas zonas rurais, e o papel que Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Associações Comunitárias desempenham substituindo ou complementando a ação do Estado. Diante da centralização do Estado no país, o que se pode constatar é que o Estado precisa dessas organizações como uma forma de atingir todo o território nacional, ou mesmo de desenvolver as suas atividades dentro da capital. Além disso, as comunidades se sentem comprometidas com a educação das crianças nestas localidades através da ação de ONGs e Associações Comunitárias, como maneira de garantir a educação das crianças nas suas comunidades, evitando o seu deslocamento para os centros urbanos e consequente distanciamento da realidade do campo. Para a realização deste trabalho utilizamos a abordagem qualitativa através de um estudo documental e levantamento bibliográfico da literatura em educação e de outras fontes como relatórios oficiais.

Palavras-chave: Educação rural; Guiné-Bissau; ONGs; Associações Comunitárias;

ABSTRACT

This article addresses the reality and problems of Education in Guinea-Bissau, especially in rural areas, and the role that Non-Governmental Organizations (NGOs) and Community Associations play in replacing or complementing the action of the State. In view of the centralization of the State in the country, what can be seen is that the State needs these organizations as a way to reach the entire national territory, or even to develop its activities within the capital. In addition, communities feel committed to the education of children in these locations through the action of NGOs and Community Associations, as a way to guarantee the education of children in their communities, avoiding their displacement to urban centers and the consequent distance from the reality of the field. For the accomplishment of this work, we use the qualitative approach through a documentary study and bibliographic survey of the literature in education and other sources as official reports.

Keywords: Rural education; Guinea Bissau; NGOs; Community Associations;

¹ Bacharel em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Licenciando em Sociologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

² Orientador -Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

1. APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau, situada na costa ocidental da África, possui fronteiras sul e leste com a Guiné Conakry, norte com o Senegal e oeste é banhado pelo oceano atlântico. O país conta com uma superfície total de 36.125 km² e que apenas 24.800 km² constitui a emersa superfície devido à fraca elevação do país, o nível médio das águas do mar penetra até os 150 km², algo que deixa algumas zonas do país instável por certo tempo durante o ano. O país é formado por duas partes, uma continental e outra insular que conta com o arquipélago dos bijagós, área composta por cerca de 80 ilhas e muito delas desabitadas. (AUGEL, 2007). Administrativamente, o país está dividido em oito (8) regiões (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali) e o setor autónomo de Bissau. De acordo com o último censo demográfico do país o número dos habitantes aponta para 1.530.673 habitantes, dados fornecidos em 2015/2016, pelo Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE). A Guiné-Bissau é um país pequeno com uma democracia muito nova, vindo de sucessivos conflitos políticos e de golpes de Estado, com uma economia pouco sólida, onde o Estado tem dificuldades de controlar tudo e todos, pois as condições não são favoráveis para tal.

Após a independência o país vive, até os dias de hoje, um dos piores momentos políticos, não houve um governo sequer que tenha conseguido cumprir com o tempo de mandato. O atual momento que se vive na Guiné-Bissau não é nada favorável e muito mais a quando, por exemplo, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013, classifica o país no lugar 176º, isto é, num total de 186 países em respeito ao índice de desenvolvimento humano (UNDP, 2013), faz perigar eventuais avanços no que diz respeito à delineação de quadros jurídicos globais.

O contexto socioeconómico da Guiné-Bissau é de facto uma “ficção multifacetada”, porque ela apresenta um quadro macroeconómico que aponta para uma dependência crescente a despeito da liberalização da economia e das medidas de restrição adotadas. Embora que ainda existam potencialidades reais para o desenvolvimento, uma vez que a Guiné-Bissau tem uma população jovem, terras subutilizadas, importantes reservas florestais que carecem de ser conservadas, mas também utilizadas de forma sustentável. Desde que se optou por uma economia de mercado, induzida pela adoção de um programa de ajustamento estrutural, fez com que o país tivesse mudado radicalmente. (SOLDAMI & FOVAD, 1991).

Interessei-me em desenvolver esta temática mais pela atual situação a que se

encontram as ONGs em Guiné-Bissau e a sociedade civil em geral perante o atual cenário político vigente desde a realização das primeiras eleições gerais até as do ano de 2014 e do impacto das ações destas organizações na sociedade guineense durante todo esse período, pois todas as ideias e os projetos sobre o desenvolvimento estão centralizados, ou seja, virados para capital, mas a maior parte dos recursos é oriunda da zona rural. Pode-se dizer que não há condições para que o governo ou o Estado possa chegar a toda população do país, mas há sempre mecanismos que se pode usar para que isso aconteça de uma maneira a facilitar o próprio Estado ou Governo em termos de controle e de execução dos seus projetos. A não descentralização do poder por parte dos governos afeta fortemente o setor rural guineense. Se o Estado não é capaz de controlar no mínimo a capital Bissau, o que seria das regiões e da comunidade rural guineense?

Podemos perceber o quanto as organizações da sociedade civil que estão atuando no país com ou sem fins lucrativos, mas com projetos que estão a beneficiar os moradores rurais no país, já desenvolveram atividades nas comunidades rurais guineenses e não só, como nas capitais regionais e até mesmo no setor autónomo de Bissau e, isso teve um avanço notável nos últimos anos, pois o número das ONGs tem aumentado bastante. O que se pode supor perante esse assunto é que o Estado, mais que ninguém, precisa dessas organizações como uma forma de atingir todo o território nacional, ou mesmo de desenvolver as suas atividades dentro da Capital.

Dessas organizações da sociedade civil pode-se destacar mais as ONGs e associações de moradores de diferentes bairros da capital Bissau. Algumas dessas organizações se deparam com dificuldades em realizar os seus trabalhos por falta de financiamento, outras com financiamento que recebem dos doadores conseguem articular um pouco na capital criando sedes, ter um número significativo de funcionários a que possa responsabilizar, além de outras com sede na capital, mas atuando sempre no interior do país.

Das atividades efetuadas por algumas organizações na capital, pode-se, em primeiro lugar, destacar o sistema escolar, as igrejas, as associações profissionais e da cultura. Em destaque temos a área da educação e da comunicação; temos várias escolas privadas no país criadas por esses grupos e, da mesma maneira que na área de comunicação se tem as diferentes rádios comunitárias tanto na capital como nas regiões, geridas pelas organizações locais na sua maioria por associações de jovens, isto sem contar com as organizações religiosas, que ao longo dos anos vem crescendo muito e expondo os seus ensinamentos.

Devido à carência em encontrar matérias que abordam questões relacionadas à sociedade civil na Guiné-Bissau, as dificuldades que os moradores rurais passam e a forma como as ONGs atuam nesses lugares traz a necessidade em fazer uma pesquisa nessa área e que posteriormente será de interesse dos guineenses e não só. O trabalho está dividido em quatro partes onde na primeira fizemos uma breve contextualização sobre os conceitos da Sociedade Civil e Sociedade Política buscando assim estabelecendo um debate com um referencial teórico constituído por autores que analisam as questões da sociedade civil, organizações não governamentais e dos mais conceitos a serem analisados a partir deste. Já na segunda e terceira parte fizemos uma contextualização histórica sobre o surgimento das primeiras organizações da sociedade civil guineense, tanto na perspectiva norte americana, como também na perspectiva tradicional de se agrupar em Guiné-Bissau desde as *mandjuandades*³ até na criação das associações comunitárias (AC) e das organizações não governamentais (ONGs).

Na quarta e conseqüentemente, a última parte, buscamos manter um diálogo entre as escolas comunitárias e as associações que contribuem para a manutenção e o normal funcionamento destas instituições, buscamos apresentar as dificuldades e as suas progressões nas comunidades rurais guineense. Destacando o papel destas organizações nestas localidades e o que o Estado guineense poderia ganhar com eles enquanto parceiros do desenvolvimento no país, colmatando um vazio deixado pelo Estado, fazer sentir a presença do Estado junto das comunidades.

2. A EDUCAÇÃO NAS ZONAS RURAIS EM GUINÉ-BISSAU

A situação educacional na Guiné-Bissau está ligada a uma história de construção da independência do país, isto é, em meio a uma luta armada que durou de (1964-1974). A esta altura conviviam-se com dois modelos que Barroco (2015) considera opostos: o ensino colonial (voltado ao ensino português) e o ensino do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) nas zonas libertadas (um ensino que contemplava as tradições culturais do país desde a sua geografia e até as táticas da guerrilha). De acordo com os dados do Instituto nacional de estatísticas de Lisboa (1958 apud Barroco 2015), “a educação guineense

³ Mandjuandade é um movimento em defesa da cultura e formas de solidariedade local com mais de 100 anos. O termo mandjuandade vem da palavra mandjua (pessoas da mesma faixa etária) reunidas para a confraternização, danças, cantigas e outras manifestações da cultura local com o objetivo de estreitar laços de interajuda coletiva (CARREIRA, 1983 E BULL, 1989 apud TEIXEIRA, 2015).

do regime colonial português sempre contou com poucos investimentos - em 1958 havia 510.777 habitantes, sendo 504.928 analfabetos, numa percentagem de 98,85%”. Esta taxa comparada com a atual, teremos uma diferença considerável, sinal de que algo está a ser feito, embora na velocidade lenta. Segundo os dados do Banco Mundial, a taxa de alfabetização no país agora é de 45,58% em 2014.

A educação tem gerado um debate constante em todo mundo, um problema para os países em desenvolvimento e aos menos desenvolvidos, mas não deixando de ser também uma preocupação a nível mundial. Garantidas pelo artigo 26 das leis das Nações Unidas de que: “todo ser humano tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória [...]”. A Guiné-Bissau não fica de fora neste assunto, embora com dificuldades de cobrir todo o território nacional.

Um país em constantes situações de conflitos políticos, golpes de Estado e queda de governos de uma forma sucessiva acaba refletindo em todas as esferas do país, inclusive na educação. Mesmo garantido pela Lei Magna da República, o sistema educativo guineense carece de boas condições, entre os quais o acesso e a qualidade do ensino. É de lembrar que, a nossa pesquisa está voltada a educação formal, a educação institucional, no caso. Das condições mínimas para o normal funcionamento do sistema de ensino guineense há muito que desejar, desde a estrutura escolar até os quadros técnicos que compõem as instituições do ensino no país se encontram numa condição nada favorável.

As escolas comunitárias em Guiné-Bissau surgiram devido à grande necessidade que as comunidades distantes da zona urbana sentiram perante esse direito a eles pouco garantido pelo Estado. Disso têm surgido as primeiras escolas de iniciativas comunitárias do país. Estas primeiras escolas, coincidentemente ou não, surgiram onde Amílcar Cabral deu início as suas ações de formação do “homem novo” (SANHÁ, 2014, p. 56). Conforme Lopes (2008):

A participação comunitária não tem sido homogénea, surgindo respostas e modelos diferentes na promoção da educação. O que se reagrupa nos diversos modelos de escolas comunitárias ou de base comunitária, de escolas alternativas conta com o envolvimento de diversos atores como parceiros que contribuem para o desenvolvimento do sector da educação. No caso da Guiné-Bissau, as escolas populares, as escolas madrassas⁴, as escolas comunitárias, as escolas de autogestão, bem como escolas públicas com participação de associações de manjacos, contribuem para o alargamento da

⁴ Escolas do ensino corânico (islâmica), “madrassa é uma comunidade formada pelo mestre e pelos seus alunos, eventualmente acrescida de outras pessoas, segundo o tipo de escola (internato/externato) ou as circunstâncias do ciclo anual da vida social, religiosa e económica do grupo doméstico a que pertence o professor” (Dias, 2005, p.43).

cobertura escolar e para um acesso mais abrangente das populações à educação (LOPES, 2008, p.51).

O surgimento das escolas comunitárias (reconhecidas pelo Estado) no país teve início só depois da abertura democrática (1991), embora tenham existido poucas escolas nas comunidades desde os meados dos anos 1980, elas só começaram a ganhar mais peso nos anos posteriores, principalmente nos primeiros anos do século XXI. No momento em que o país tinha acabado de sair de um conflito político e militar (1998), havia muitas estruturas escolares sem condições para o mínimo funcionamento das aulas e também dos recursos humanos para aturem na área educativa. Uma preocupação que se perpetua até os dias atuais no país. De acordo com Dias (2015, p.21), nos dias atuais existem ao todo as seguintes tipologias de estabelecimentos de educação reconhecidos pelo Ministério da Educação Nacional (MNE) como: escolas públicas, escolas públicas em regime de autogestão, escolas públicas comunitárias, escolas comunitárias, escolas privadas e escolas muçulmanas (madrassas).

Há critérios propostos (12 critérios) pelo Estado que se devem cumprir para a criação de uma escola comunitária. Entre os 12 critérios, o primeiro visa o aviso prévio através de um documento formulado para a direção Regional da Educação, informando a necessidade da criação da escola; em seguida, a Direção Regional da Educação realiza uma visita de inspeção para ver se a comunidade dispõe de condições para o funcionamento da escola. Outro dos critérios visa garantir o número mínimo de crianças matriculadas na escola (20 crianças matriculadas no mínimo) e a distância no máximo de 3 km com a comunidade onde residem as crianças.

As escolas de iniciativas comunitárias no país enfrentam sérios problemas no tocante ao limite e na quantidade de professores que podem sustentar/custear as suas permanências nestes locais visto que, na maior parte, as escolas possuem até no máximo 4ª classe nas zonas rurais: “[...] essa questão de continuar ou não na escola é importante para nós já que prosseguir os estudos para além da 4ª classe implica a deslocação ou mudança para outra comunidade ou cidade da região ou até mesmo para capital Bissau, [...]” (BARRETO, 2012, p. 39). Por outro lado, em face de esta mesma realidade, Sanhá (2014) mostra que, “na maioria dos casos, as escolas comunitárias são construídas pela comunidade, por vezes contando com o apoio dos parceiros [...]; da Associação de Pais e Encarregados de Educação e em alguns acasos pela Associação da Comunidade” (SANHÁ, 2014, p. 55).

As comunidades se sentem comprometidos com a educação das crianças nestas

localidades, tanto é que eles buscam de várias maneiras para garantirem a educação das crianças nas suas comunidades como forma de manterem elas por perto e também de poderem ao mesmo tempo contribuir no campo.

A problemática de sair da aldeia em busca de ampliar e/ou terminar os estudos em outras cidades para os pais constitui uma preocupação porque na aldeia os filhos conseguem estudar e ao mesmo tempo ajudar nos trabalhos do campo, mas quando estes forem para outras localidades torna difícil, pois terão a possibilidades de ajudar no campo só nas férias. Conforme Barreto (2012, p. 39-40), estes deslocamentos podem trazer até conflito na família.

Para evitar os tais conflitos, os membros da ASSOFITA, de acordo com Lopes (2010) preveriam três projetos: “Primeiro, a reabertura da escola, encerrada desde 1978-1979; segundo, a construção de uma estrada em terra batida de 16 quilômetros, que liga Tame ao cruzamento para a cidade de Canchungo; terceiro, a construção de um centro de saúde” (LOPES, 2010, p. 12).

Esta precariedade levou a AFIPEL a fundar a sua associação por causa da carência da infraestrutura que o país vive e de assim poder ajudar o governo sabendo que o governo sozinho não tem condições de intervir de forma eficaz em todo o território nacional por falta de recursos financeiros. Foi por isso que criaram esta associação de acordo com as suas possibilidades para a melhoria da sua comunidade (Lopes, 2010 apud Barreto et al., 2013).

Falar das ONGs em Guiné-Bissau e, principalmente, no tocante a questão da *educação rural* e da forma como elas se posicionam para atender as demandas das populações, é algo desafiador, levando em conta a dimensão política e a própria condição a que se encontram estas organizações. Ao se tratar da zona rural em Guiné-Bissau, os problemas que a educação enfrenta se agravam ainda mais por ser uma zona habitada pela maioria da população guineense 60% (RGPH, 2009) [...] “o elevado peso do analfabetismo do país 56%, acentua mais na zona rural e nas mulheres, 55,29% das mulheres são analfabetas [...] O acesso à educação era um privilégio urbano, onde 56,8% dos moradores já se tinham sentado nos bancos da escola [...]” (BARRETO, 2012).

As demais ONGs que trabalham nas comunidades rurais necessitam de meios para manterem os seus membros no terreno e da manutenção das suas instalações e sem os tais financiamentos isso se torna numa “*missão impossível*”. Mesmo nos que estão voltados aos projetos de empreendedorismo acabam passando pela mesma dificuldade. Isto levando em conta as que estão trabalhando na área de educação como no caso das associações comunitárias que conseguem construir as suas instalações educativas e funcionando

normalmente graças as suas parcerias externas, tanto dos nativos desta localidade radicados no exterior, quanto de alguns que conseguem financiamentos de organismos internacionais para a execução dos seus projetos.

Levando em consideração a corrupção, a má governação e o baixo nível de coesão social e mesmo da exclusão social e desigualdades, estas situações podem afetar fortemente o normal funcionamento do sistema educativo do país e mesmo da sua projeção ao longo prazo (BRANNELLY, NDARUHUTSE, & RIGAUD, 2009; INEE, 2010 apud MORGADO; SANTOS & DA SILVA): “[...] estes aspectos refletem-se, por exemplo: numa baixa taxa líquida de escolarização primária de 67%; 13% das salas de aula de *quirintim*⁵; ausência de livros escolares; números de dias de aulas limitados [...]”. Vale ressaltar também que a falta de pagamento dos salários dos profissionais desse setor, principalmente dos professores juntado ao grande número de abandono escolar e o baixo nível de formação dos professores para atuarem nesta área, são uma das fraquezas para o ensino público guineense.

Aqui nos interessa apresentar alguns feitos destas organizações locais que, por um lado, substituem o Estado quando este por sua vez não dispõe de condições e/ou não consegue atingir todo o território nacional, como se pode ler em Barreto et al. (2013) de que:

O papel da sociedade civil – substituição do Estado ou parceria? Nos estudos efetuados na Guiné-Bissau a sociedade civil substitui o Estado guineense na prestação do serviço educativo, o que se enquadra na tendência evolutiva da organização do ensino no país. A Lei de Bases do Sistema Educativo (maio 2010) refere no seu artigo 1º, ponto 4, “a iniciativa e a responsabilidade pelo desenvolvimento do sistema educativo cabem a entidades públicas e privadas” (BARRETO et AL. 2013, p. 25).

A participação da sociedade civil no que se refere à educação no país, é também garantida pelo Estado guineense, que não deixa de forma exclusiva esta tarefa como sendo uma responsabilidade única do Estado, mas deixa aberto de que esta responsabilidade se estende as entidades privadas, religiosas e como as entidades públicas. É partindo deste ponto que se julgou necessário apontar os trabalhos desenvolvidos pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as Associações Comunitárias (AC) na área de educação por se tratar de algo que o Estado não consegue garantir a toda população guineense e estas ONGs e AC conseguem fazer chegar a educação nestas localidades e como das escolas religiosas (católica e islâmica) com intuito de garantir a melhoria de vida nestas comunidades como agentes do desenvolvimento em parceria com o Estado guineense.

⁵ Quirintim, ou canavial (bambú) construído pelos nativos.

3. SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA: REFERENCIAIS TEÓRICOS

O referencial teórico para esta pesquisa é constituído, inicialmente, por autores que discutem e analisam questões sobre a sociedade civil, organizações não governamentais e dos mais conceitos que são analisados a partir desses autores. Ao focalizar a interface entre sociedade civil vs. Estado, e a sociedade civil vs. os moradores das comunidades rurais, tais questões se revelam como base para a abordagem realizada. De salientar que a principal questão teórica discutida nesse projeto é a sociedade civil. Outros temas, como a ONG, comunidade rural, desenvolvimento comunitário, escolas comunitárias e entre outros, são analisados a partir da questão principal. Nessa perspectiva, as contribuições dos autores como Cohen & Arato (2000), Bobbio (1909) e Bresser-Pereira (1999), tornam-se fundamentais na compreensão da história sobre o conceito da sociedade civil que ressurgiu colado à afirmação progressiva do pensamento liberal que começa desde os meados do século XIX, pelo Iluminismo, abordado por autores como Ferguson, Adam Smith e Rousseau, infiltrando, assim, com destaque nas formulações de Hegel e Marx.

De acordo com Teixeira (2009):

A primeira interpretação do conceito de "sociedade civil" apareceu com Aristóteles, sob a denominação de *koinonia politiké*, que foi traduzida para o latim como *societas civilis*, entendida como comunidade de Cidadãos Livres e iguais. Falando em *koinonia politiké*, pensava-se na *polis* ateniense, onde os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito e não havia a distinção entre sociedade e Estado, ou seja, a sociedade civil" significava o que a palavra designa literalmente: comunidade dos cidadãos, da qual uma grande parte da população estava excluída. Os escravos, as mulheres, os menores de 18 anos e os estrangeiros não faziam parte da sociedade civil, sendo excluídos, portanto, da vida política na antiga Atenas. (TEIXEIRA, 2009, p. 162-163).

Em Bresser-Pereira (1999), percebe-se que o conceito de Estado ou de *sociedade política* há muito tempo não era separado com o conceito geral da sociedade. Com isto, a sociedade civil surge como uma tradução do conceito grego que seria a “sociedade política”. O mesmo mostra que a diferença consistia no conceito oposto enquanto na filosofia a sociedade política se contrapunha a uma “sociedade doméstica”, mas no contratualismo iluminista a sociedade civil se opõe ao “estado de natureza”. Mas, ao contrário dos contratualistas, para Hegel a sociedade civil pode ser vista como a esfera das relações e de regulamentação externa a partir dos princípios do liberalismo. Dentro da sociedade civil, Hegel vai incluir não somente a esfera das relações económicas ou a formação de classes, mas, sim, a administração jurídica, o ordenamento administrativo e corporativo entre o público e o tradicional.

Já para os marxistas incorporaram as ideias de Hegel de forma crítica e invertida: a sociedade civil compreende todo um conjunto das relações entre os indivíduos de determinados graus da força produtiva, que compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial de um grau de desenvolvimento transcendendo assim do Estado e a nação. Desse modo, teria de se afirmar em relação ao exterior com nacionalidade e de se organizar ao interior como Estado (Bobbio, 1909).

Na compreensão de Cohen & Arato (2000), percebe-se que o conceito “sociedade civil” é entendido como um fio condutor entre os grupos primários e as normas criadas pelo Estado. Sendo um nível intermediário entre os grupos primários e o Estado, a sociedade civil pode assumir um papel de grande importância no processo de desenvolvimento de um país. Teixeira (2009), por sua vez, entende que o significado que a sociedade civil adquiriu nas abordagens do Gramsci pode ser entendido como um conjunto de “organismos privados”, não criados pelo Estado e que são atores da construção da hegemonia e do consentimento, bases da ação coletiva.

É concordando com esta afirmação que buscamos trazer as diferentes formas de se organizar em Guiné-Bissau, como no caso de grupos de *mandjuandades* e outras formas de agrupamentos tradicionais guineenses (grupos criados pelos moradores rurais para trabalhos de campo, grupo de mulheres do mesmo bairro ou comunidade, grupos musicais e não só). Estes grupos, legalmente podem não se configurar como ONGs ou Associações, mas eles acabam exercendo as funções de “educar”, “sensibilizar” e até de contribuir nas questões econômicas através das *abotas* ou cotização⁶.

A sociedade política e como a sociedade civil em Guiné-Bissau podem ter uma outra concepção, visto que, no país, há uma diversidade grande em termos de organizações e, por esses motivos a sociedade civil neste país passou a ocupar um papel muito importante, não só de ser um fio condutor entre os grupos primários e a sociedade política, mas sim, é destacada pelo papel diverso que possui, como no caso dos grupos das *mandjuandades* e das mulheres vendedoras nos mercados públicos do país. É necessário sempre levar em considerações as outras organizações tradicionais guineenses, mesmo não sendo reconhecidas pelo, mas que

⁶ Sistema de crédito utilizado pelas mulheres “bideiras” em que se juntam a cada final de dia um montante que não prejudica ninguém da organização, que no final do dia uma pessoa levanta. Esta pratica é frequente na Guiné-Bissau e é mais usada pelas mulheres algo semelhante com uma pratica moçambicana conhecida como o “Xitique”. O Xitique segundo Trindade (2013) é maioritariamente feito entre mulheres. Mas como é que ele funciona? Vamos imaginar que um grupo de 10 pessoas se junta para começar a fazer poupança. Poderão fazer um Xitique diário, semanal, quinzenal ou mensal, conforme a necessidade e capacidade de cada um/a. O mais comum é o Xitique mensal.

são reconhecidas pelos poderes tradicionais locais e que atuam em prol do bem-estar das suas comunidades.

4. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, como muitos países da África (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde), foi uma colônia (portuguesa) e para sair desta situação de colônia, houve uma árdua luta de 11 anos. Assim tomada a independência, o país passou por um domínio do partido único, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Até este momento era difícil a criação e mesmo da progressão das organizações da sociedade civil. Koudawo & Mendy (1996), mostram que a colonização portuguesa e as suas condições do salazarismo acabaram por criar a separação entre os “não civilizados”⁷ e “civilizados”, algo que impediu o desenvolvimento da sociedade civil frente a dominação colonial.

Segundo um relatório preliminar de autoria de Campos & Djassi (2013), intitulado “*A sociedade civil guineense no caminho do desenvolvimento*”, dá conta que as referências sobre as organizações da sociedade civil guineense antes da independência, são escassas e que só aumentaram a separação entre os “civilizados”⁸ e “indígenas”⁹. Mas mesmo assim pode se destacar a Liga Guineense, que foi criada em 1911, conhecida como um movimento contestatário. Essa liga era uma organização de ajuda mútua de ideal republicano, criada pela elite administrativa mercantil de Bissau e Bolama, conhecidos como “os filhos ilustres da Guiné”. A organização tinha como ideia principal um movimento unitário “afro-portugueses” favoráveis à melhoria do destino moral e civil dos negros africanos da Guiné Bissau e de Cabo Verde.

⁷ Não civilizados: indígenas de raça negra ou dela descendente que praticam, habitualmente, os usos e costumes característicos da mesma raça ou que, não praticando, não [souberem] falar e escrever a língua portuguesa, nem dispuser de rendimentos suficientes para se manter”. (THOMAS DOS SANTOS apud SUBUHANA, 2001).

⁸ “Civilizados: indígenas que falam português, mas não praticam os usos e costumes do meio indígena e exercem profissão, comércio ou indústria ou [ainda] possuem bens [dos quais] se mantenham, e tenham requerido a sua situação de assimilados”. (Thomas dos Santos, 1964, pág. 113. Definição extraída do projeto definitivo do Direito do Indígena da então Província de Moçambique, de autoria do Dr. Gonçalves Costa (apud SUBUHANA, 2001).

⁹ A denominação indígena significa, segundo os dicionários de língua portuguesa, “nativo, pessoa natural do lugar ou do país em que habita”. Apesar de parecer mais correta do que o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena. Antes da chegada dos europeus, a população nativa não tinha um nome para designar-se como coletivo. Cada povo ou etnia tinha sua própria denominação, que a distinguia das demais. (COLLET, 2013. p. 11).

Anos depois, em 1915, a Liga Guineense foi dissolvida através de uma portaria, mas assim que terminou a luta da libertação nacional, todos os movimentos da base do PAIGC acabaram por preencher o espaço social, (CAMPOS & DJASSI, 2013). Foi por esse motivo que a Guiné-Bissau não assistiu o surgimento da sociedade civil composta por organizações autónomas de jovens, trabalhadores, etc. Assim que terminou a luta armada na Guiné Bissau, o PAIGC permitia somente as organizações das massas do partido único, como a União Nacional dos Trabalhadores (UNTG), União Democrata das Mulheres (UDEMU), a Juventude Amílcar Cabral (JAC) e os Pioneiros Abel Djassi. Pode-se ler no relatório acima mencionado, de que tudo isto não passava de uma forma de controlo quase idêntico à época colonial, que duraria por pouco tempo até o surgimento do “homem novo” (CAMPOS & DJASSI, 2013).

Foi assim que os guineenses assistiram quase um privilégio exclusivo das massas do partido único - PAIGC, no que diz respeito à sociedade civil e como da forma subordinada na realização das atividades para beneficiar ou fazer a sua vontade. Esse tipo de sociedade civil pode ser considerado como uma sociedade sem voz, porque não tinha uma autonomia de expressar e de exercer as suas atividades cívicas. Uma vez ligadas ao partido no poder, tinham que funcionar de acordo com as regras que lhes eram postas, assim teriam o suporte pelo partido no poder, atendiam todas as demandas do partido e que, inclusive, os membros e criadores dessas organizações na sua maioria faziam parte do governo.

De acordo com Koudawo e Mendy (1996), somente nos anos 1990 é que pode ser encontrada uma diversificação na sociedade civil, através da criação de ONGs, sindicatos, associações e nas formas tradicionais de agrupar. Foi o momento que se deu o início do multipartidarismo no país, um começo democrático guineense. Entretanto, mesmo durante a época colonial, já existiam os grupos ou estruturas tradicionais de socialização a população como no caso dos grupos de *mandjuandades* e as associações que tendem a construir uma cultura participativa e coletiva de todos em múltiplos aspectos da vida comunitária que vai desde a participação sociocultural à política e têm ganhado um considerável espaço público.

As *mandjuandades*, segundo Teixeira (2009), já existiam há anos no país, porém, a primeira existiu a mais de cem anos atrás. Campos & Djassi (2013), partilham essa mesma ideia, afirmando que nos dias de hoje, tem surgido mais grupos de *mandjuandade*, sobretudo nas cidades como Bissau, Bolama e Cacheu. Essas *mandjuandades* com o tempo vem ganhando mais características inovadoras e mesmo assim continuam resistindo, sem se perder das suas formas originárias, da identidade cultural e como da solidariedade.

Afirma Teixeira (2016), citando Amílcar Cabral de que:

Os grupos e movimentos populares afirmam que a defesa da identidade relacional é um processo necessário de luta para a construção de autonomia, igualdade e solidariedade coletiva, pois se ficarmos apenas esperando apoio dos nossos governantes, nossos *djintons*, os grupos culturais de mandjuandade⁴ não vão continuar, vão desaparecer ‘*grupo de mandjuandade Pabia de Amanhã de Inpantcha*’. Nessa percepção, o principal campo de embate com o Estado é o da preservação da identidade, que ficou conhecido nos escritos de Amílcar Cabral, de resistência cultural de grupos de mandjuandade para a formação de uma nova cultura nacional. (CABRAL, 1979; TEIXEIRA, 2010 apud TEIXEIRA, 2016, P. 120).

O impacto das associações das mulheres, segundo Campos & Djassi (2013), ultrapassa a mera preocupação de ajudar economicamente os seus membros. Muitas vezes desafiando o “status quo”, essas associações e grupos de *mandjuandades* provam também que são poderosos agentes de mudança social no país, apoiando a participação das mulheres na tomada de decisão no nível da comunidade, fornecendo-lhes uma fonte importante de apoio moral.

As mulheres guineenses ultimamente têm desempenhado um papel duplo na sociedade guineense, não somente cuidando dos filhos em casa, mas, sobretudo, de ir à busca de sustento para a família; elas passam a maior parte do tempo nos becos e nas feiras, em busca de melhores condições para a família; fazem *abotas* e, com o crédito levantado nessas atividades; elas conseguem abonar as despesas da casa, isto porque, o último conflito político e militar (06/1998 – 05/1999) que assolou o país deixou muitos homens desempregados e, com os golpes políticos e militares que o país tem sofrido que não possibilitam os governos em se organizar, mesmo os funcionários públicos acabam ficando sem salários por muito tempo, suas despesas são abrandadas pelas esposas.

5. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) NA GUINÉ-BISSAU

Em uma das definições feitas por Fernandes (1994), pode-se ler que as ONGs, ainda representando um pequeno segmento, resumem a ideia do *privado com funções públicas*, e podem ser organismos não estatais, sem fins lucrativos. Para isso, é preciso que o corpo responsável na pessoa do criador legal da instituição e dos mais funcionários não tenham vínculo salarial, uma vez que o capital adquirido em nome da organização não se converte em patrimônio dos seus executivos. Ele ainda salienta que as ONGs, mesmo que seus fins não

sejam governamentais, eles sempre acabam por possuir características de um serviço público, mas que não devem ser comparadas ao Estado, porque elas se resumem a micro organizações perante o Estado, mesmo reconhecendo que, quanto à natureza dos serviços prestados, em muitos aspectos coincidem.

O acompanhamento às atividades das organizações de natureza não governamentais, segundo Campos & Djassi (2013), é um fenômeno recente. Foi um resultado conduzido pelo movimento democrático, em que as organizações da sociedade civil se apresentam para desempenhar um papel importante no processo do desenvolvimento do país. A criação das ONGs na Guiné-Bissau foi estipulada pelo Instituto Nacional de Coordenação de Ajuda não governamental (SOLIDAMI), a mesma que desempenhou um papel motivador e que facilitou, assim, os grupos de vocação de ONGs, no seu crescimento quantitativo.

Apesar de não reunir uma característica verdadeira de ONG, a organização Amigos das Crianças (AMIC), é conhecida como a primeira ONG nacional. Ela foi fundada em 1984 por funcionários de diferentes ministérios do governo e o financiamento provinha da presidência da República. A sua ligação com governo e o partido único era muito forte. Isso fez com que o seu reconhecimento legal acabasse por passar através de um dos ramos e/ou núcleos do partido único. Outra organização que surgiu anos depois foi a Igreja de Cristo para Agricultura e Projeto (ICAP), que era uma ONG intermediária e, em seguida, a Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar (AGUIBEF), que foi uma ramificação de um instituto internacional. (Cf. CAMPOS & DJASSI, 2013). A supremacia do Estado e do Partido único não foi favorável na ideia de uma legislação para a criação das ONGs, a não criação dessa legislação acabou por dificultar a emergência dessas organizações. Lê-se ainda em Koudawo e Mendy (1996, p. 69) que:

A evolução da sociedade civil no contexto da transição política iniciada em 1991 aparece como um campo particularmente rico em ensinamentos sobre os mecanismos, as vias, os meios, os partidos etc., da passagem de um regime monolítico em que um partido aramado transformado em Partido-Estado foi a força dirigente de todos os setores da vida política, econômica e social durante cerca de duas décadas, para um regime pluralista em que, para além da pluralidade dos atores políticos, se afirma uma multiplicidade de forças sociais, portadoras de profundas mudanças. (KOU DAO WO e MENDY 1996, p. 69).

Assim, pode-se considerar o início da década de 1990 da “época dourada” da sociedade civil guineense, pois foi o momento em que ela teve seu maior crescimento em

termos de organizações e dos seus próprios membros. Segundo Campos & Djassi (2013) em 1991, depois da primeira reunião dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) sobre a problemática da emergência das ONGs nacionais, as ONGs no país ganharam uma importância. Cerca de dez ONGs foram legalmente reconhecidas e na mesma altura muitos partidos, o que marcou a mudança da política monopartidária do então governo para o multipartidarismo, que constituiu um dos primeiros passos para a democratização no país. Até então as ONGs eram reconhecidas como associações no sentido do código civil vigente. Só depois de uma concertação entre a SOLIDAMI e algumas ONGs é que se preparou uma proposta de lei para as ONGs nacionais, cuja sua aprovação pelo conselho dos ministros foi possível somente em fevereiro de ano 1992.

Depois da entrada em vigor desse decreto-lei, a SOLIDAMI passou a desempenhar um papel importante no processo de reconhecimento das ONGs nacionais. Ela foi a responsável pelo processamento dos documentos e de dar parecer sobre os mesmos ao notário, depois os envia ao serviço de alfândegas e ao Ministério de Cooperação Internacional, a certidão de escritura pública da nova ONG. Só através dessa legislação é que as organizações passam a se beneficiar das isenções de taxas tributárias e impostos. Depois desse processo inicial, a ONG recém-constituída se beneficia dos serviços da SOLIDAMI que depois passa a responsabilizar pela integridade das ONGs nacionais como organizações independentes e voluntários de apoio ao desenvolvimento, sem fins lucrativos, apatidárias e não discriminativas. A SOLIDAMI apesar de ser tutelado pelo Ministro de Cooperação Internacional e Plano em nomear o diretor, no fundo é uma instituição pública com certas autonomias, o que quer dizer que, as mudanças políticas poderiam influenciar na sua liberdade de ação. (SOLIDAMI & FOVAD, 1991).

Segundo Sawa (1991), existia uma preocupação evidente por parte das ONGs novas com o pessoal proveniente do Estado/Governo, pois esse pessoal tinha a missão de dificultar o bom funcionamento e crescimentos das ONGs. Há preocupação das ONGs em criarem seus regulamentos internos como organização não-estatal, ainda que não tenham projetos em execução que lhes permitam construir os seus próprios processos de desenvolvimento institucional.

A maioria das ONGs trabalha com parceiros internacionais e é financiada por entidades internacionais, o que supõe dizer que, quando não há estabilidade política no país não pode haver o progresso destas ONGs, porque elas dependem dos financiamentos para a

execução dos seus projetos. Há ainda ONGs e/ou Associações Comunitárias locais que funcionam graças aos membros das mesmas, embora radicados no estrangeiro, mas que conseguem financiá-las. É o caso das associações comunitárias da região de Cacheu nomeadamente a Associação dos Filhos e Amigos de Canhobe (ASSOFAC), a Associação dos Filhos e Amigos de Tame (ASSOFITA), a Associação dos Filhos de Pelundo (AFIPEL) e a Associação dos Filhos e Amigos de Cabienque (BARRETO et al., 2013, p. 27). Estas organizações funcionam em diferentes dimensões como a saúde, educação e até nas questões económicas em relação às famílias carenciadas, mas com uma ênfase voltada à educação de qualidade e para todos nas suas comunidades.

Todas estas organizações são de cunho não estatal, embora se difiram na forma de atuar e que não dispõem de documentações que os oficializam enquanto ONGs ou associações, eles não deixam de figurar nestas definições que se tem da ONGs ou associações. Portanto, ao definir ONGs e/ou AC em Guiné-Bissau, torna-se fundamental mencionar todas estas formas de agrupamento tradicionais existentes no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual situação que o país vive não é de se desejar, por mais que se criem organizações não estatais em prol do desenvolvimento comunitário não haverá viabilidades para que isso se resolva num curto prazo, levando em conta a atual situação de tensão política instalada no país. Se pensarmos em um longo prazo, também terão outros obstáculos para barrar a progressão de tais projetos nas comunidades. Estamos à beira de assistir pela primeira vez após a abertura democrática um presidente da República a chegar a fim de um mandato o que até aqui não tinha acontecido.

Os sucessivos derrubes de governo e as tensões políticas vigente contribuem para o não funcionamento normal das instituições públicas do país o que acaba por refletir nos atrás salariais e até na falta dos salários para os funcionários da área de educação. A necessidade da criação de associações comunitárias em prol do desenvolvimento das comunidades é importante na medida em que as associações conseguem manter os jovens nas suas comunidades e ao mesmo tempo, eles conseguem estudar e ajudar no trabalho do campo.

As escolas comunitárias exercem um papel importante nestas comunidades e junto com as associações dos pais e encarregados de educação e as organizações não governamentais, esse processo de fazer chegar a educação em todo o território nacional pode ser concretizado. Isto é, se o Estado guineense assim puder estabelecer uma relação de

confiança para com estas associações nas comunidades onde existem estas iniciativas e buscar ampliar esses projetos junto das associações nas comunidades como forma de colmatar o vazio deixado pelo Estado nestas localidades. As escolas de iniciativas religiosas também possuem esse papel de fazer chegar a educação em todo o território nacional, agora as escolas madarassas que anteriormente eram voltas restritamente para os muçulmanos, hoje em dia está a ultrapassar esta questão com o surgimento do Complexo Escolar Attadamun.

Feito isso e, levando em conta também as outras organizações da sociedade civil guineense que mesmo não sendo reconhecidas pelo Estado, buscam trabalhar de forma incansável para a melhoria de condições de vida nas suas comunidades e que são reconhecidas pelos poderes tradicionais. Estas organizações que são frutos de criações nativa e que estão focados nas ações coletivas, possuem grande importância nas comunidades rurais guineense e esse trabalho não passa despercebido quando esses grupos, principalmente dos jovens de uma certa comunidade decidirem criar esses grupos para o trabalho coletivo nas lavouras e como nas construções de casas nas comunidades.

BIBLIOGRAFIA

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. 1994. **Sociedade civil e teoria social**. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Dei Rey. p. 147-182.

BARRETO, Augusto Gomes - **Escolas comunitárias na Guiné-Bissau: sentidos, relações e mudanças** [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2012. Dissertação de mestrado. [Disponível em www:<http://hdl.handle.net/10071/6179>](http://hdl.handle.net/10071/6179) acesso em 15/01/2020.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012.

_____. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: GRAAL. 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado**. Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola, orgs. (1999) Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora da UNESP (1999): 67-116.

CAMPOS, Pedro João, & DJASSI, Seco. **A Sociedade civil guineense no caminho do desenvolvimento: Relatório preliminar**. Bissau, 2013.

DIAS, Costa Eduardo. **Da escola corânica tradicional à escola Arabi: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia?** Caderno de Estudos Africanos. 2005: p. 125-155.

DIAS, Manhantoo Evalina Pereira Gomes. **As Escolas de Verificação Ambiental (EVA) na Guiné-Bissau: um contributo para o Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação de mestrado, 2015. Disponível em: <https://www.iscte-iul.pt/tese/445> acesso em 20/01/2020.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

LOPES, Catarina. **Papel das associações no desenvolvimento rural: Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau**. FEC – ONGD portuguesa. Lisboa, 2010.

SANGREMAN, C., Sarmento, E., Proença, F., Barreto, A., Santos, T., Ribeiro, H., et al. **A cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos - os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau**. Lisboa: CESA-ACEP. 2009.

SANHÁ, C., **Do ensino público ao ensino de iniciativa comunitária (análise do desen-volvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções das ONGs FEC & PLAN)**, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações**, Cadernos de Estudos Africanos [Online], disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/pdf/2043> , acesso em 20/01/2019.

OUTRAS FONTES

BANCO MUNDIAL, **Guiné-Bissau: Taxa de alfabetização**. Disponível em: https://pt.theglobaleconomy.com/Guinea-Bissau/Literacy_rate/ Acesso em: 08/02/2020.

GUINÉ-BISSAU, **Instituto Nacional de Estatística**. Acessado em <http://www.stat-guinebissau.com/> às 19h: 28 min do dia 23/04/2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/> Acesso em: 15/01/2020.

UNDP. **Fortalecimento da Capacidade e dos Mecanismos de Coordenação das Organizações da Sociedade Civil para Atingir os ODM**. Bissau: UNDP. 2009.

